

# **REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO.**

Cleonice Halfeld Solano \*

## **RESUMO**

O artigo realiza uma reflexão crítica acerca do processo histórico de formação social do Brasil. Para tanto, realizou-se diversas mediações buscando compreender as especificidades presentes na constituição do Estado brasileiro e seus desdobramentos para a sociedade contemporânea. O estudo se ancorou no materialismo histórico, como referencial epistemológico, utilizando estudos bibliográficos de autores do pensamento social crítico brasileiro. Nessa perspectiva, compreende-se que o Brasil se constituiu enquanto Estado capitalista de forma subordinada e dependente frente ao capital internacional. Historicamente, o Brasil tem convivido com a conciliação de interesses, com propostas de mudanças que não alteram efetivamente as condições concretas de existência da classe trabalhadora.

**Palavras – chave:** Formação; Estado; Capitalismo; Brasil.

## **INTRODUÇÃO**

Este estudo pretende realizar uma reflexão em torno do processo histórico de formação social do Brasil e dos pressupostos que embasam esta temática, a partir da referência de análise do pensamento social crítico brasileiro<sup>1</sup>. Para tanto se faz necessário, promover as mediações, identificar as contradições que perpassam a constituição do Estado brasileiro enquanto uma sociedade capitalista e compreender os desdobramentos desta inserção para a realidade contemporânea.

A análise destaca as particularidades da consolidação do capitalismo no Brasil, a partir de algumas categorias interpretativas de autores marxistas, possibilitando o entendimento da intrínseca relação entre o processo de formação dependente do Estado brasileiro e as condições sociais contemporâneas. Revela que historicamente no Brasil, o Estado se apresentou de forma autoritária, com frágil e/ou ausente participação social. Compreende-se também que o processo de subordinação, de dependência e de “atraso” do Brasil estão vinculados historicamente e são instrumentos para a hegemonia do capitalismo.

---

\* Doutoranda do Programa de Pós – Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: halfeldsolano@yahoo.com.br

## **FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONTEMPORANIEDADE**

O Brasil se transforma em sociedade capitalista tardiamente, “pelo alto” e sem a participação das classes populares. Segundo estudos de autores críticos do pensamento social brasileiro, a revolução burguesa no Brasil se concretizou pela via não clássica e pelos processos de “via prussiana” e “revolução passiva”. De acordo com a análise clássica, para que um país se tornasse capitalista era necessário primeiro passar por processos de modernização. Diante dessa premissa, durante muito tempo no Brasil persistiu a dúvida se o país havia se tornado uma sociedade capitalista, pois ainda permaneciam (e ainda permanecem) muitas características do arcaico.

Porém, essa indefinição se finda a partir do momento em que pensadores marxistas começam a questionar se o modelo clássico era a única forma de tornar uma sociedade capitalista, ou se haveria outras maneiras de adentrar nesse modo de produção. Esse questionamento rompe com a tendência evolucionista, oriunda de determinados marxistas, que entendiam que a sociedade passava naturalmente por fases definidas até chegar ao comunismo.

Nessa perspectiva a Revolução Russa e a categoria de análise desenvolvida por Lênin – “via prussiana”- serviu de base para compreensão de que o ingresso ao mundo capitalista não se dá em uma única via. O formulador do conceito “via prussiana” ao analisar a Prússia, percebe que o modelo clássico de entrada ao capitalismo não está de acordo com aquela realidade, pois o país apesar de ter adentrado ao modo de produção capitalista, ainda mantinha o latifúndio. A classe latifundiária, conservadora e dominante continuava sendo a mesma, apenas mudava a roupagem para classe burguesa, ou seja, não houve nenhum rompimento, apenas ajustamentos de intencionalidades. Dessa forma Lênin conclui que os países que ingressaram tardiamente ao capitalismo o fizeram de forma reformista, “via prussiana”, diametralmente distinta da via revolucionária.

De forma análoga a esta abordagem, Gramsci analisa a sociedade italiana e compreende também que há outras formas de se fazer uma revolução, que em sociedades de capitalismo tardio ocorrem transformações pelo alto, também sem a participação das classes populares, que ele denominou de “revolução passiva”. Segundo Gramsci as sociedades de capitalismo tardio ainda possuíam uma classe dominada bastante frágil e quando estas se propunham questionar a estrutura de poder das classes dominantes, as faziam de formas

dispersas. A esse movimento esporádico de questionamento, Gramsci intitulou de “subversivismo esporádico” que compreende a gênese da revolução passiva, ou seja, a classe dominante ao se ver ameaçada, incorpora alguma mudança, sem romper com a estrutura de poder, modifica o que não é fundamental, o que caracteriza uma pseudomudança. Segundo Coutinho, lembrando Gramsci:

Deve-se sublinhar, antes de mais nada, que um processo de revolução passiva, ao contrário de uma revolução popular, realizada a partir “de baixo”, jacobina, implica sempre a presença de dois momentos: o da “restauração” (na medida em que é uma reação à possibilidade de uma transformação efetiva e radical “de baixo para cima”) e o da “renovação”(na medida em que muitas demandas populares são assimiladas e postas em práticas pelas velhas camadas dominantes. (COUTINHO, 1999, p.198).

Sob essa configuração, a constituição do Estado brasileiro enquanto uma sociedade capitalista pode-se afirmar que se efetuou “via prussiana” e/ou via “revolução passiva”, ou seja, um processo de modernização capitalista, sem por isso ser obrigado a realizar uma “revolução democrático- burguesa” ou de “libertação nacional” segundo o “modelo jacobino” (Ibid, p.196). Ou seja, foi um rearranjo na estrutura do poder, conforme advoga Oliveira:

(...) a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo. (OLIVEIRA, 2003, p.60).

Nesse sentido, a revolução burguesa no Brasil se processou através de uma reestruturação de poder, fruto da conciliação de interesses oriundos da velha oligarquia e da burguesia de comércio. Dessa coalizão de interesses e pela manutenção da hegemonia se configurou a materialização da classe burguesa brasileira. Uma das peculiaridades da burguesia brasileira, conforme ressalta Fernandes:

Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificadamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz

sua unificação no plano político, antes de converter a dominação sócio-econômica no que Weber entendia como “poder político indireto”. As próprias “associações de classe”, acima dos interesses imediatos das categorias econômicas envolvidas, visavam a exercer pressão e influência sobre o Estado e de modo mais concreto, orientar e controlar a aplicação do poder político estatal, de acordo com seus fins particulares. Em consequência, a oligarquia não perdeu a base do poder que lograra antes, como e enquanto aristocracia agrária; e encontrou condições ideais para enfrentar a transição, modernizando-se, onde isso fosse inevitável, e irradiando-se pelo desdobramento das oportunidades novas, onde isso fosse possível. (FERNANDES, 2006, p.204).

Assim, a revolução burguesa brasileira se caracteriza pela conservação, visto que herda e conserva das oligarquias a forma de fazer política e a maneira de instauração do aparelho estatal. Na verdade não havia um projeto constituído para materialização do Estado burguês, houve um rearranjo de poder prevalecendo à dominação burguesa.

A expansão da classe burguesa no Brasil transcorreu sob um cenário de fortes desagregações sociais conservando e reproduzindo elementos do “atraso”, sendo resultado da ação do Estado, pelo o comando da classe dominante. Nesse processo a participação da classe trabalhadora foi suprimida, caracterizou-se por ser um movimento “pelo alto”, antipopular e elitista. Uma associação entre o arcaico e o novo, “combinado e desigual”, onde o novo se alimenta do velho para se manter e para se expandir. Nesse sentido, a população brasileira convive-se com um imenso paradoxo social, “com uma minoria social dominante que retém para si todos os privilégios como se fossem direitos e que exclui a grande maioria de todos os direitos, como se isso fosse natural.” (LIMOEIRO, 1995, p.5)

O protagonismo do Estado brasileiro no processo de modernização capitalista e a ausência da sociedade civil trazem implicações para nossa formação política e social. Quer seja, o Estado desempenhou o papel de dirigente político, substituindo a função das classes sociais. De acordo com Coutinho:

(...) no Brasil as transformações foram sempre o resultado do deslocamento da função hegemônica de uma para outra fração das classes dominantes. Mas estas, em seu conjunto, jamais desempenharam, até recentemente, uma efetiva função hegemônica em face das massas populares. Preferiram delegar a função de dominação política ao Estado – ou seja, às camadas militares e tecnoburocráticas –, ao qual coube a tarefa de “controlar” e, quando necessário, de reprimir as classes subalternas. Mas essa modalidade antijacobina de transição ao capitalismo não significa absolutamente que a burguesia brasileira não tenha levado a cabo sua “revolução”: fez isso, precisamente, através do modelo da revolução passiva, que tomou entre nós

a forma – para utilizar a terminologia de Florestan Fernandes- de uma “contra- revolução”, que é outro modo de dizer “ditadura sem hegemonia”. (COUTINHO, ano 2008, p. 204, 205).

Nesse contexto, conforme nos indica Gramsci, uma das conseqüências da revolução passiva é o “transformismo”, ou seja, o bloco no poder assimila sujeitos rivais para seu interior, fortalecendo o domínio do Estado em detrimento da sociedade civil. Assim se configura a “ditadura sem hegemonia”, descrita pelo autor dos “Cadernos do Cárcere”. O Estado além de fazer uso da coerção também necessita de utilizar consenso.

Historicamente no Brasil tem persistido o caráter autoritário do Estado, segundo advoga Ianni: “É tão acentuado o divórcio entre o Estado e a maioria da sociedade civil, que o povo se sente estrangeiro no próprio País; emigra para dentro de si mesmo”. (IANNI, 1984, p.19).

Embasados pelos pressupostos da teoria da fragilidade da sociedade civil brasileira, muitos representantes do bloco no poder, alegam que a população necessita de ser tutelada pelo Estado. Como denuncia Ianni:

Na prática “o povo brasileiro ainda não está preparado sociologicamente para gozar de uma democracia plena”. Tanto assim que cabe o Estado proteger, tutelar e disciplinar o cidadão e o povo, pois que “liberdade e direitos emanam do Estado”. Daí a criação da figura da cidadania regulada, que não tem raízes “em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional”. A lógica do capital impõe-se a todas as relações e poros da sociedade, sem mediações. (IANNI, 1984, p.37).

De acordo com os estudos de Gramsci, toda revolução passiva traz um fortalecimento do Estado e um enfraquecimento da sociedade civil. Para o autor, a sociedade civil é um espaço de confronto entre sujeitos e intenções, é um espaço de contradição. Assim, Gramsci define o Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção. (Gramsci, CC, Vol. 3, p.244, 2007). Sendo a sociedade política ou “Estado-coerção”, os aparelhos coercitivos do Estado representativos da classe dominante que detém e exerce o “monopólio legal” ou a violência de fato, exercendo uma “ditadura”, uma dominação fundada na coerção. A sociedade política é composta pelo aparelho estatal representada pelo executivo, legislativo e judiciário. Já a sociedade civil são os “aparelhos privados de

hegemonia”, que buscam adesão “voluntária” através da direção e do consenso. Está relacionada com as organizações da sociedade expressa através das igrejas, escolas, sindicatos, imprensa, partidos, dentre outros. “Em conjunto, as duas esferas formam o Estado em sentido amplo”. (COUTINHO, 1994, p.54.)

Dessa forma, segundo Gramsci, na configuração de Estado ampliado, há uma “socialização da política”, ou seja, há uma participação da sociedade nas determinações estatais. O Estado continua se apresentando com sua dimensão classista, porém não é mais exclusivo da classe dominante. Para Gramsci, essa configuração está presente no Estado capitalista contemporâneo e ainda sim continua havendo dominação, porém a forma como essa se dá é que sofre alteração. Ou seja, as formações sociais mais organizadas politicamente - sociedades do tipo “ocidental” - onde os indivíduos se unem para conquistar espaços de participação há predominância da dominação pelo consenso. No caso das formações sociais onde ainda não ocorreu uma socialização da participação política, onde os interesses se mostram pouco organizados – sociedades do tipo oriental - a dominação se faz predominantemente pela força. Conforme afirma Gramsci:

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; (GRAMSCI, CC, Vol, 3, 2007, p.262).

Nas “sociedades orientais”, a dominação se realiza predominantemente pelo exercício da força. Enquanto que nas “sociedades ocidentais”, a dominação se afirma predominantemente através da “guerra de posição”, uma conquista progressiva de espaços sociais que buscando consolidar a dominação através da direção político-ideológica.

No entanto, existem sociedades ocidentais do tipo americano e do tipo europeu. A primeira se caracteriza conforme esclarece Coutinho:

(...) pela presença de uma sociedade civil forte, bastante desenvolvida e articulada, mas na qual a organização política e a representação dos interesses se dá, respectivamente, por meio de partidos frouxos, não programáticos, e de agrupamentos profissionais estritamente corporativos. (...) Portanto, no “modelo norte-americano” temos partidos que defendem um mesmo projeto hegemônico de sociedade. (COUTINHO, 2010, p.40-41).

De acordo com o mesmo autor a sociedade tipo modelo europeu se caracteriza:

Neste, havia uma estrutura partidária centrada em torno de partidos com base social razoavelmente homogênea, que defendiam projetos de sociedade definidos e diversos entre si; havia ainda um sindicalismo classista, politizado, que não se limitava a organizar pequenos grupos profissionais, mas buscava agregar e representar o conjunto da classe trabalhadora. (...) “no modelo europeu” havia uma salutar disputa entre propostas hegemônicas alternativas. (COUTINHO, 2010, p. 41).

Em se tratando do Estado brasileiro, Coutinho (2010) destaca que o país passou por um período que havia a disputa de dois projetos societários distintos, um que se espelhava no modelo americano (neoliberal) e outro que se assentava nos ideais do paradigma europeu (democrático). Esse último se trata do Partido dos Trabalhadores (PT), que se configurava então como um partido inspirado no modelo europeu, de esquerda, apregoando os princípios democráticos de sociedade.

Nesse sentido, a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, inaugurou, inicialmente, para muitos eleitores uma esperança de implantação de um projeto nacional popular. Essa conquista de pleito foi referência para a base política popular brasileira, visto que nunca na história do Brasil, um representante e originário da classe trabalhadora havia conquistado o posto de Presidente da República, que até então sempre fora ocupado por membros da elite brasileira.

No entanto, tão logo ocupou seu posto Lula começou a colocar em ação os postulados contrários a sua classe de origem e a qual ele representava, não sendo difícil perceber que a configuração do Estado permanecia praticamente inalterada. Coutinho esclarece:

Infelizmente, a chegada do PT ao governo federal em 2003, longe de contribuir para minar a hegemonia neoliberal, como muitos esperavam, reforçou-a de modo significativo. A adoção pelo governo petista de uma política macroeconômica abertamente neoliberal- e a cooptação para essa política de importantes movimentos sociais ou, pelo menos, a neutralização da maioria deles – desarmou as resistências ao modelo liberal-corporativo e assim abriu caminho para uma maior e mais estável consolidação da hegemonia neoliberal entre nós. (COUTINHO, 2010, p.42).

Recorrendo a Gramsci para auxiliar na análise, as sociedades que passaram por revolução passiva se caracterizam por um processo de ocidentalização da política extremamente lento e frágil. Diante dessa fragilidade, muitas vezes, os países de capitalismo dependente como o Brasil, enfrentam a prática do “transformismo”. Um exemplo emblemático na contemporaneidade, explicitado anteriormente, foi o transformismo grupal do PT, ou seja, os principais representantes dos movimentos sociais foram cooptados e relegaram o projeto nacional popular de sua origem.

No âmbito educacional também se observa relações de dependência e subordinação. As políticas educacionais são formuladas para atender demandas requeridas pelo modo de produção dominante, para viabilizar o projeto hegemônico, ou seja, através dos processos formativos se materializam o perfil de homem que deve prevalecer. A educação básica no Brasil tem priorizado uma formação calcada na lógica mercadológica, com a utilização de estratégias pragmáticas, utilitárias, que não contribui para emancipação política e reforça o “apassivamento político” dos sujeitos.

## **COSNIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto é possível compreender criticamente os desdobramentos da intrínseca relação entre o processo de formação dependente do Estado brasileiro e as condições sociais contemporâneas. A intenção do presente estudo foi apontar alguns elementos para se pensar a particularidade da formação depende do nosso país. O assunto não se esgota neste pequeno artigo, pelo contrário, abre possibilidades de estudos futuros para melhor compreender a temática.

Compreender a revolução burguesa no Brasil é entender a configuração das bases históricas - sociais que levaram o país a ingressar no modo de produção capitalista. Desta maneira é essencial que se perceba a dissociação entre desenvolvimento capitalista e igualdade social, é inerente a este modo de produção a conjugação entre crescimento econômico e formas miseráveis de vida. O pensamento social brasileiro advoga que a questão do “atraso” e da dependência do Brasil são aspectos históricos que alimentam a hegemonia do capitalismo.

O processo de modernização, segundo a retórica oficial, visa o desenvolvimento do país, porém, ao “romper com a pseudoconcreticidade”, observa-se que se trata de uma inserção ao capitalismo em que a classe dominante brasileira se associa de forma subordinada



ao capital internacional mantendo os privilégios de uma “minoria prepotente” e sacrificando a grande massa trabalhadora. Além disso, a burguesia nacional também não tem força para romper com a dependência internacional, e sendo assim, predomina a hegemonia sob as classes subordinadas nacionalmente, intensifica a exploração da classe trabalhadora e continua dependente frente ao grande capital.

A análise pautada nos pressupostos teóricos do materialismo histórico difere das leituras antinômicas que concebem que a modernização, o desenvolvimento capitalista através do crescimento econômico será capaz de alterar a condição de dependência e subdesenvolvimento.

Nesse contexto, o atual projeto societário em vigência não muda o rumo de orientação, pelo contrário, mantém a relação de dependência e subordinação frente ao grande capital. Assim, historicamente, o Brasil tem convivido com a conciliação de interesses, com revoluções passivas que não alteram efetivamente as condições concretas de existência da classe trabalhadora.

Portanto, coadunando com o pensamento social brasileiro é necessário retirar a exclusividade das classes dominantes de pensar sobre a nação, é preciso resgatar a politização da classe trabalhadora, para possibilitar a construção de projeto nacional popular. Isso não é tarefa fácil, é um grande desafio que está colocado. De acordo com Marx “Os filósofos só interpretaram o mundo de diferentes maneiras; do que se trata é de transformá-lo.” Dessa forma, o movimento é de superação, não basta ficar só no denunciamento, é necessário estabelecer mediações que possam fortalecer uma correlação de forças favorável à contra-hegemonia dos trabalhadores.

## **REFLECTIONS ON THE FORMATION PROCESS OF THE BRAZILIAN STATE.**

### **ABSTRACT**

The paper makes a critical analysis regarding the historical process of the Brazilian social formation. For such, several mediations searching comprehension of the specificities present in the Brazilian state constitution and its impact on contemporary society were carried out. The study is anchored in historical materialism, as epistemological benchmark, making use of literature studies by authors of the Brazilian social critical thought. In this perspective, it is understood that Brazil was constituted as a capitalist State in a subordinate and dependent way to international capital. Historically, Brazil has experienced the reconciliation of interests, changes propositions which do not effectively alter the practical living conditions of the working class.

**Keywords:** Formation; State; Capitalism; Brazil.

## NOTAS

<sup>1</sup> O artigo se desenvolveu no âmbito de uma disciplina cursada no Programa de Pós – Graduação da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

## REFERÊNCIAS

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. *Contra a Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. *Marxismo e política a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. *A Hegemonia da Pequena Política*. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs). *Hegemonia às Avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo, Boitempo, 2010.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. 5ª Ed. São Paulo: Globo, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática*. In: GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu (orgs) Petrópolis, RJ, Vozes 1994.

\_\_\_\_\_. *Educação para a “inclusão” e a “empregabilidade”*: promessas que obscurecem a realidade. Texto de Seminário realizado Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 2009.

GENTILI, Pablo. *A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GRAMSCI, Antônio; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho, *Cadernos do cárcere, volume 3*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

IANNI, Octavio. *O Ciclo da Revolução Burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1984.

LIMOEIRO, Miriam. *Capitalismo Dependente, Autocracia Burguesa e Revolução Social em Florestan Fernandes*. Texto disponível em [www.iea.usp.br/artigos](http://www.iea.usp.br/artigos). Acesso em 02/11/2010.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*- 3ª edição- São Paulo: Martins Fontes, 2007.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.